

A «Secção de Arqueologia Histórica» da Associação dos Arqueólogos Portugueses no trilho da salvaguarda patrimonial

(I parte: do ocaso monárquico ao totalitarismo político)¹

Ana Cristina Martins

Professora Auxiliar Convidada

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

RESUMO: Desde a sua origem (1863) que a Associação dos Arqueólogos Portugueses primou por delinear uma ampla série de actividades tendentes a divulgar o diversificado legado patrimonial português, criando, já no dealbar da centúria de novecentos, secções de estudo correspondentes aos interesses preponderantes junto dos seus mais destacados membros, ditando, assim, o curso definitivo da sua História. De entre esses grupos, destacamos a Secção de Arqueologia Histórica, designação, por si só, expressiva de um modo próprio de olhar o passado, trabalhá-lo no presente e projectá-lo no futuro. Congregando nomes incontornáveis das artes e das letras nacionais, a Secção foi, com frequência, determinante no complexo processo de resgate patrimonial em todo o território português, privilegiando, embora, Lisboa, cidade onde se sediava, nas ruínas da igreja do convento do Carmo. É, pois, este o objecto de análise do trabalho dado agora à estampa, ao longo do qual acompanharemos as suas principais preocupações, desalentos, sucessos e projectos adiados, inserindo-os sempre no seu espaço e no seu tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Lisboa; Associação dos Arqueólogos Portugueses; Secção de Arqueologia Histórica; Património; Legislação patrimonial.

ABSTRACT: Since its establishment in 1863 the Association of the Portuguese Archaeologists has worked hard to promote a wide range of activities to promote and publicize the various aspects of the Portuguese heritage. For this purpose it created already in the late nineteenth century various study groups corresponding to varied interests. Among these was the Section of Historical Archeology including well known scholars. It paid special attention to Lisbon because it was based in the Convent of Carmo. We are presenting here an account of some of its achievements and difficulties it had to face across times.

KEYWORDS: Lisbon, Association of Portuguese Archaeologists, Section of Historical Archeology, Heritage, Legislation.

1 Texto resultante de parte do segundo capítulo da Tese de Doutoramento de Ana Cristina Martins intitulada *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. 100 anos de (trans) formação (1863-1963)*, apresentada à Universidade de Lisboa, em 2006. Em razão da riqueza dos assuntos abordados, decidimos dividir, com toda a coerência interna, o assunto agora apresentado em duas partes fundamentais e indissociáveis, a primeira das quais temos, agora, o grato prazer de dar à estampa.

«Recorda-los [acontecimentos historicos],
estudar os fenomenos varios que se ligam a esses factos,
é um dever do Portugal moderno,
se quiser continuar a elevar-se no seu grau de cultura entre os povos progressivos.
Não se trata evidentemente de olhar o passado com olhos saudosos,
mas de procurar nele um incentivo para o futuro melhor,
que só podemos obter pelo estudo e pelo trabalho².»

Enquadramento inicial

Conquanto os estudos históricos integrassem o meio associativo logo no início da sua existência (1863), enquadrando-se numa já longa tradição associativa europeia lançada em nome da preservação patrimonial, foi somente em 1925 que uma secção específica foi criada. Não foi apenas com a História que tal sucedeu. Desde a criação da Sociedade dos Architectos Portugueses (SAP) (1902) que a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) se viu repentinamente esvaziada de secções que a formavam e lhe tinham dado vida e sentido, como as de estudos estéticos, teóricos e práticos do exercício arquitectónico. Além disso, o cenário institucional e científico evoluíra bastante na área histórica e arqueológica para que se insistisse numa continuidade que já não faria sentido no novo panorama. O entendimento enciclopedista dera lugar, em definitivo, à especialização, e a figura do *savant* era substituída pela do perito. Havia, por isso, que especificar campos de actuação científica no seio associativo, sob pena de se perder o desígnio que o talhara, agora que os seus primeiros enunciados tinham passado para a esfera pública, assumindo-se como áreas preferenciais de organismos estatais, como universidades, institutos, academias e laboratórios.

O caminho para este limiar fora preparado antes de os architectos fundarem o seu próprio organismo. Quase antevendo uma terceira era na vida associativa, estipulada officiosamente com a morte do presidente Conde de São Januário (1828-1901), anunciou-se a formação dos seguintes sete grupos de trabalho no âmbito da «Secção de Arqueologia», composta ainda em vida de J. Possidónio N. da Silva (1806-1896): *Archeologia prehistorica*; *Archeologia Christã*; *Archeologia Nacional*; *Archeologia de Lisboa*; *Numismatica*, *Heraldica*, *Bibliographia archeologica*³. Um breve olhar sobre estas designações permite-nos, antes de mais, perceber o entendimento detido, ao tempo,

2 Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses (A.H./A.A.P.), *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (01-05-1928 a 07-11-1930)*, Acta n.º 51, 28/02/1929. Inédito.

3 A.H./A.A.P., *Actas da Secção de Arqueologia (26/2/1901-15/1/1909)*. Sessão de 25/02/1901. Inédito.

dos estudos arqueológicos pouco distanciados da acepção presente, com distinções que não vemos, contudo, consignadas nos actuais estudos universitários. A intencionalidade residia na divulgação e preservação do património existente, cristalizando-se uma ideia trabalhada em meados da centúria precedente, num esforço interdisciplinar resultante do reconhecimento da realidade indivisível e, por isso, incompreendida se apartada e/ou fragmentada. Será, no entanto, sintomático que, após 1910, apenas o grupo de trabalho dedicado aos estudos lisboenses se mantivesse como secção. A maioria das demais subsecções desaparecia, constituindo-se uma «Secção de Arqueologia Pré-histórica» somente em 1926, embora não dispunhamos de elementos concretos para avaliar as suas actividades no período em que as supra-citadas (*vide supra*) subsecções se metamorfosearam (embora efemeramente) em secções: *Archeologia pre-romana*; *Archeologia romana*; *Archeologia medieval*; *Archeologia da Renascença*; *Numismatica e Sigillographia*; *Paleographia, Epigraphia e Diplomatica*; *Conservação e restauração de monumentos* (certamente em substituição das anteriores *Secção de Architectura* e *Secção de Construcção*; *Heraldica*.

Foi, exactamente, um ano antes (meados de 1925) que a «Secção de (Arqueologia) Histórica» da AAP (sintomaticamente apelidada de início de «Secção de Arqueologia Histórica») promoveu, de modo exemplar, os estudos históricos e a preservação do património móvel e imóvel ao longo da primeira de três fases que estabelecemos para o seu progresso. Até que 1933 restringisse a acção associativa a duas Secções (*vide infra*), a de Arqueologia Histórica conviveu doravante com as de Arqueologia Pré-histórica (recuperando o termo vigente em 1901); Arqueologia Histórica; de Numismática e Sigilografia; de Heráldica e Genealogia; Diplomática; Bibliologia e Bibliografia e, finalmente, de Estudos Olisiponenses.

Antecedentes

Antes da criação oficial da «Secção de Arqueologia Histórica», o estudo, a conservação e a divulgação das *memórias* nacionais competiam a todos os associados distribuídos (mais ou menos) aleatoriamente pelas secções de estudo existentes, com destaque para a «Olisiponense» que emitira (1924) um parecer sobre uma intenção manifestada por J. A. A. Frazão de Vasconcellos de se louvar o *Gremio Technico Português* pela interferência na reconstrução da ala da Praça do Comércio incendiada a 2 de Maio de 1919, afectando a parte ocupada pelo Ministério do Trabalho até ao torreão da Bolsa⁴, sublinhando-se que, felizmente, «Ninguém pensou, e isso até se-

4 Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (22-02-1921/16-02-1924)*. Acta n.º ?, 16/02/1924. Inédito.

ria um crime, em demolir as arcadas, nem as abobadas da galeria coberta que deita sobre o Terreiro do Paço. A reconstrução de beton armado não chega até á fachada principal ou á da linha dos pilares, e o *aspecto architectonico exterior fica mantido sem a minima alteração.*»⁵.

Talvez com surpresa, o aproveitamento de peças de cantaria na nova construção não os incomodava, reafirmando-se uma prática secular, quando os elementos remanescentes de edifícios destituídos da sua funcionalidade primeva eram apropriados, com frequência, a novos espaços erguidos em nome de uma premência utilitária de carácter quotidiano, transformando-os, desse modo, numa realidade eternizada mediante a sua manutenção corpórea noutras formas materia(lizada)s. Além de economizar ao Estado maior despesa com a renda de edifícios para instalação de suas repartições, esta opção impedia que «[...] continuem patentes a todos os estrangeiros que visitam a nossa capital desembarcando no Terreiro do Paço, umas ruínas que eles só esperariam deparar em Tyro, em Pompeia, ou noutra cidade da Siria.»⁶. Parece-nos curiosa a implicação de um posterior conceito central de teorias de conservação e restauro, - o “fachadismo” -, como se o invólucro despojado do seu teor cumulado desde a fábrica original guardasse o propósito e os afectos apostos em seus recantos, transfigurando-se, porém, em mero simulacro de um passado desintegrado do presente, como se de uma massa orgânica sobrevivente mercê de uma ligação artificial se tratasse. Discernimos, na verdade, na necessidade de manter este *aspecto architectonico exterior* uma tendência de encenar o património, num prelúdio, enfim, de uma certa *mise en scène* patrimonial. Esta tentativa decorreu de outra (por vezes) desesperada de manter pedaços de um passado através da incorporação, no interior das suas fachadas, de um presente contrastante do ser e do actuar dos encomendantes, fazedores e fruidores primordiais, mesmo prevalecendo receios de que intervenções estruturais, como na antiga igreja e convento seiscentista de S. Pedro de Alcântara, alterassem as suas características originais, e não apenas ao nível da fachada⁷.

O episódio do Terreiro do Paço terá pretextado, em parte, a sua remodelação, discutida com veemência na AAP no primeiro período que definimos para a análise das suas actuações (*vide infra*), conquanto na senda de interposições apresentadas nesse sentido pela *Secção de Archeologia Lisbonense* desde, pelo menos, finais de 1913. Opôs-se, então, ao seu ajardinamento planeado pela comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa (CML), configurando «[...] um verdadeiro vandalismo porquanto

5 *Ibid.* Itálico nosso.

6 *Ibid.*

7 *Id.*, *Actas da Secção da Archeologia Lisbonense* (27/12/1912-15/05/1914). Sessão de 26/02/1915. Inédito; *Id.*, *Actas da Secção da Archeologia Lisbonense* (19/06/1914-28/12/1917). Sessão de 05/03/1915. Inédito.

qualquer alteração na formosa e magestosa praça pombalina, cuja principal beleza reside na harmonia das suas proporções, estraga-la-há absolutamente *quebrando essa harmonia*. Qualquer empecilho que corte a linha do monumento, como o arvoredado será prejudicial a estética geral da praça.»⁸. Concretizou-se, todavia, apesar dos esforços da «Secção» impotente face a «[...] uma “comissão de esthetica”, na mesma Camara, que não tem sabido evitar casos deveras p.^a estranhar.»⁹, lembrando o sucedido no largo fronteiro ao Cais do Sodré¹⁰, e como há muito criticava a SAP.

Apesar da aparente inoperância da comissão, assomava no Porto um movimento favorável ao agrupamento de promotores do cadastro dos edifícios históricos da cidade, «[...] afim de habilitar a camara a entender no assumpto [...]»¹¹, isto é, sobre o desaparecimento de monumentos antigos, aludido com frequência na imprensa local, numa iniciativa a alargar ao distrito, «[...] organizando-a de sorte a intervir na conservação, registro e descrição dos monumentos historicos e prehistoricos.»¹².

Parece-nos, porém, no mínimo curioso que a atitude da «Secção» divergisse em relação a situações de aparente similitude, a exemplo da igreja de S.ta Luzia, cujo terreno anexo a CML pretendia transformar em jardim público, entendendo a «Secção dever-se desafrontar o terreno e demolir a igreja, «[...] que é absolutamente destituída de interesse [...]»¹³. Ponderava-se, no entanto, a sua reutilização como arquivo, como fossem apenas dignos de perdurarem no tempo e, por conseguinte, na *memória* geracional, os elementos histórica, artística e/ou arqueologicamente considerados válidos, uma posição contraproducente ao basear-se em critérios por vezes (demasiado) subjectivos. Não era, contudo, uma novidade. Ainda em 1905, enquanto o vogal Marquês de Ávila e Bolama (1842-1917) propunha recolocar no *primitivo logar* as colunas do cais do Terreiro depositadas nas suas proximidades¹⁴, o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (CSMN) contrapunha-se a edificações, *seja de que natureza fôr*, fronteiras à Praça, por prejudicarem *a bella e excepcional perspectiva de Lisboa*: «Este argumento é tanto mais ponderoso, quanto tem sido permittidos e consentidos depositos e construcções nas restantes margens do Tejo, em frente da cidade, prejudicando por completo uma extensa avenida marginal, que seria obra

8 Id., *Actas da Secção da Archeologia Lisbonense* (27/12/1912-15/05/1914). Sessão de 04/11/1913. Inédito.

9 *Ibid.*

10 Id., *Actas da Secção da Archeologia Lisbonense* (19/06/1914-28/12/1917). Sessão de 29/09/1916. Inédito.

11 “Comissão Archeologica do Porto”, *Portugalia*, t. I, fasc. 1-4, Figueira da Foz, Sociedade Arqueológica, 1901, p. 159.

12 *Ibid.*

13 A.H./A.A.P., Idem. Sessão de 22/12/1916. Inédito.

14 Arquivos Histórico da Academia Nacional de Belas-artes de Lisboa (A.H./A.N.B.A.L.), *Comissão dos Monumentos Nacionaes. Igrejas. 2.º volume (G-L)*. 31/06/1905. Inédito.

de grande beleza e utilidade publica, constituindo ao mesmo tempo um exemplar, por assim dizer, único no seu genero.»¹⁵. Entretanto, sublinhava-se a *grande lastima* em que se encontravam as arcadas do Terreiro, onde, «Como se já não fosse bastante as arcadas do lado ocidental os letreiros de todas as cores, feitos e linguas das repartições dos correios contra a expressa letra da lei, as arcadas de marmore e as proprias parêdes e vidros encontram-se em absoluto emporcalhados pelos mais variados anuncios, cartazes, pasquins e editaes que já nem mesmo poupam as colunas do arco triumphal.»¹⁶. Situação agravada por incêndio, «[...] perdendo-se momentos de estudo de incalculavel valor, alem de valor material de quanto existia nas repartições incendiadas.»¹⁷ (*vide supra*), entre as quais os museus das Congregações Religiosas e da Alfândega.

Não pensemos, todavia, que a AAP e o CSMN impugnavam o progresso civilizacional com tais pareceres. Pelo contrário, havia uma profunda preocupação em conciliar os interesses implicados, de modo a preservar a *memória*, em nome do futuro, a única forma de assegurar a (pretendida) identidade nacional face à apropriação de novos valores transfronteiriços. Daí, que se reconhecesse que, «[...] dada a situação geographica, Lisboa, venha a ter consideravel desenvolvimento commercial e industrial, em futuro maiz ou menos proximo [...]»¹⁸, para se concluir que a única e urgente resolução passaria pela «[...] a construcção de uma avenida marginal, ligando os atterros existentes do oriente e do occidente da cidade.»¹⁹. O que não estranhava. A propósito da inevitabilidade do processo de alteração dos (agora) denominados “centros históricos”, pela mão incompassível do desenvolvimento económico-industrial, o architecto Arnaldo R. Adães Bermudes (1864-1947) defendia dever-se realizar de harmonia com a preservação *de tal ou tal pedaço* que, «[...] pela sua construcção, artistica ou archeologica, mereça ser admirado»²⁰. Postura que não foi reassumida na totalidade quando da demolição do edifício do Pátio do Giraldes sacrificado em nome da abertura das “Novas Avenidas”, apesar do interesse que lhe conferira a CMN, mormente pelas peculiares chaminés análogas às do palácio da Vila de Sintra. Não logrou, porém, impedir a sua destruição, mesmo que fosse possível, como propôs J. Queirós, desviar o alinhamento da Rua Castilho para conservá-lo²¹.

15 Id., *Idem*, 19/07/1906. Inédito.

16 A.H./A.A.P., *Actas da Secção da Archeologia Lisbonense* (25/01/1918-05/06/1925). Sessão de 25/01/1918. Inédito.

17 Id., *Idem*. Sessão de 09/05/1919. Inédito.

18 A.H./A.N.B.A.L., *Commissão dos Monumentos Nacionaes. Igrejas. 2.º volume (G-L)*, 19/07/1906.

19 *Ibid.*

20 “Acta n.º 72. Sessão de Assembleia Geral de 6 de Maio de 1912”, *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, 5.ª série, t. XII, n.º 12, 1912, pp. 530-531.

21 A.H./A.A.P., *Actas da Secção da Archeologia Lisbonense* (25/01/1918-05/06/1925). Sessão de 25/01/1918.

Do proémio à «Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais» (1925-1929)

1.1 Primeiros combates

Uma das primeiras iniciativas assumidas em 1925, verificou-se quando a «Cruzada de Nun'Alvares Pereira» pretendeu levantar um monumento ao seu patrono no local do chafariz do Carmo, cuja aprovação a CML fazia depender do parecer associativo, numa evidência do prestígio granjeado entre os seus pares lisboetas pela defesa da salvaguarda da *memória*. A AAP repudiou-a por razões estéticas, técnicas e *sentimentais*, reafirmando a convicção de que «[...] os monumentos se valorizam pelos seus agrupamentos e que reparar o chafariz do edifício do Carmo é prejudicar um e outro.»²², entendendo-se, por isso, que «[...] a figura do Condestavel é tão notável que não ficaria bem numa praça de 3.^a classe.»²³.

Acto prenunciador das acções dos membros da «Secção» em prol desta última vertente revelou-se, contudo, no modo como a AAP conseguiu impedir a demolição da «Torre das Cabaças» ponderada pela autarquia scalabitana, ao mesmo tempo que debatia a pretensão governamental de remeter para o estrangeiro objectos de grande valência artística, a fim de figurarem em exposições, num exercício perigador, segundo alguns consócios, da sua integridade²⁴. Não só. Ao questionar-se a pertinência do envio destas peças, alteravam-se posições associativas quanto às práticas museológica e museográfica. Nomeadamente quando as décadas precedentes presenciaram uma contínua permuta artefactual e a expedição regular de objectos a exposições periódicas. Esta nova atitude revestia-se de igual intensidade quando o discurso roçava o património imóvel, como no caso do bocal do poço do claustro (tipologia, por isso, merecedora de atenção especial²⁵) de Santos-o-Novo, que a AAP «[...] *preferia ver no local a que pertenciam*, embora não viessem figurar no seu museu.»²⁶. Se esta decisão contrariava experiências prévias, nada seria mais ilusório. Na maioria dos casos, insistia-se apenas na transferência para o Museu Arqueológico do Carmo (MAC) das peças comprovadamente em risco de serem ultrajadas. Além disso, a própria «Comissão de Salvação dos Monumentos de Santarém» requeria apoio ao Conselho

22 Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (31-07-1925/31-05-1928)*. Acta n.º ?, 31/07/1925. Inédito.

23 *Ibid.*

24 Id., *Actas da Secção de História (23/06/1925-8/12/1933)*. Sessão de 09/03/1926. Inédito.

25 “A poesia dos claustros”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 1215, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1921, pp. 214-215: «Os claustros! A poesia dos claustros! Quem há que não a tenha sentido? Que de sonhos, de invocações, de poesia! E é por isso, por esse bocado de convento aberto ao sol, que muita gente ainda hoje tem saudades dos conventos e das ordens religiosas.» (Id., *Idem*, p. 214).

26 A.H./A.A.P., *Idem*, Sessão de 09/03/1926.

de Arte e Arqueologia (CAA) da 1.ª circunscrição para proteger a Torre das Cabaças, volvido um mês sobre as diligências da AAP junto da Direcção-geral das Belas-artes (DGBS). Um assunto que sensibilizara particularmente o santareno A. César Mena Júnior (1859-)²⁷ perante a fragilidade das justificações expostas para a sua demolição, porquanto «[...] no decurso de 30 annos em que este facto [estado de ruína] se deu, a torre continua a arrostar com todos os temporaes sem que mostre que existam outras fendas alem das que tinha então [...]»²⁸, até 1928, quando foi classificada como «monumento nacional»²⁹.

1.2 Inventário e sua premência

Persistia-se, no entanto, na metodologia definida pelos criadores do Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (RAACAP), para a salvaguarda patrimonial, no longínquo ano de 1863.

Referimo-nos ao registo completo do património artístico e arqueológico do país, pois só se preservaria o que se conhecesse, e apenas se divisavam os materiais resultantes de um levantamento exaustivo dos seus elementos constitutivos. Daí, que, logo em meados de 1926, Cardoso Pereira fosse incumbido de organizar uma relação geral dos monumentos e obras de arte, que o próprio propusera, através de um questionário dirigido aos professores primários³⁰ e párcos das freguesias do continente e ilhas, relembando a iniciativa de Possidónio da Silva mais de meio século antes, mas com duas diferenças basilares³¹. Ao território continental associavam-se, agora, as ilhas adjacentes, num (re)conhecimento do vasto espólio monumental e móvel que suas notáveis figuras carregaram ao longo da Era Moderna, agora mais facilmente identificado e divulgado graças à ligação marítima estabelecida com regularidade entre estas regiões tão longínquas. Além disso, de par com os párcos, surgiam os “mestres-escola”, esses autênticos interlocutores entre o mundo rural e os círculos intelectuais, num privilégio que apenas o republicanismo aproveitava de modo tão exemplar. Se os sacerdotes mantinham a sua incontestável soberania espiritual, era aos docentes de província que competia regrar as novas gerações em torno de compêndios superiormente elaborados para regozijo das hostes dirigentes. Não se podia desmerecer e alhear esta oportunidade (quase) única, mesmo que J. A. Neves considerasse dever-

27 Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (31-07-1925/31-05-1928)*. Acta n.º ?, 25/03/1926. Inédito.

28 Id., *Correspondência Recebida*, 13/03/1926. Inédito.

29 Decreto, n.º 14.985, *Diário do Governo*, n.º 28, de 27 de Janeiro de 1928, publicado na *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1928, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 192.

30 António Nóvoa, “Professores”, *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 181-184.

31 A.H./A.A.P., *Actas da Secção de História (23/6/1925-8/12/1933)*. Sessão de 15/06/1926. Inédito.

-se dirigir o questionário a administradores concelhios por controlarem uma rede de comunicação pessoal ímpar e essencial aos resultados pretendidos. Também por isso, e passado menos de um ano, J. Pessanha renovou este interesse, referindo-se ao questionário direccionado às *peessoas cultas* de cada paróquia para aferir as riquezas históricas e artísticas *moveis ou imoveis* pertencentes a cada circunscrição administrativa, cujo arrolamento deveria ser concretizado por José Paulo Pereira, autor do inquérito inicial³².

Uma vez mais, insistia-se no alistamento do património móvel (associado, ou não, ao imóvel), como parte integrante de um passado que se pretendia resgatar ao esquecimento colectivo e às brumas da História. Esta consciência revelava-se tanto mais importante, quanto alguns dos mais significativos exemplares eram conduzidos para lá das nossas fronteiras físicas, onde engrandeceriam espólios particulares, e onde, no fundo, se valorizava o que as nossas autoridades entenderiam dispensável. Tal situação dimanaria de uma desconcertante ignorância das reais potencialidades patrimoniais do país, ultrapassável por inventário ajustado ao seu diversificado legado histórico-artístico. J. de Pessanha louvou, por isso, J. P. Pereira pela tese apresentada ao “Congresso Beirão” (Aveiro e Castelo Branco), «Sobre monumentos da Beira, sobre inventariação e defêza»³³. Era, sem dúvida, uma iniciativa modelar para um projecto associativo que visava despertar consciências para a relevância do estudo e da listagem em nome da preservação de todo um património, trilhando um novo caminho - o regional e/ou local - incontornável numa época que assistia à multiplicação de ensaios de raiz etnográfica para (re)pensar um território e suas gentes, em nome de um projecto político exaltado em pleno movimento do 28 de Maio de 1926 que ditou a queda definitiva da República liberal enquadrada no ciclo crítico de regimes congéneres após o *terminus* da I Grande Guerra.

1.3 Além do inventário: a protecção legal

Tal como entenderam os dirigentes associativos de oitocentos, não bastava registar para garantir a conservação dos monumentos. Essa segurança e essa certeza seriam asseguradas somente mediante aplicação judiciosa de uma prática legislativa específica, como demonstrara a experiência da maioria dos países-referência ocidentais nesta área. Esta tinha sido, aliás, uma questão recorrente na AAP durante as primeiras décadas da sua existência. Ainda no final do primeiro quartel de novecentos, Rodrigues Simões propôs que se solicitasse aos dois lentes da Universidade de Coimbra responsáveis pela redacção do novo código administrativo, a inclusão de um artigo

32 Id., *Idem*. Sessão de 13/04/1927. Inédito.

33 Id., *Idem*. Sessão de 09/05/1927. Inédito.

coactivo da alteração de antigos topónimos por decisão autárquica, enquanto repositórios de uma *memória* que urgia preservar³⁴.

De par com o serviço de inventário, havia que prosseguir as campanhas de conservação e restauro dos exemplares que demandassem maior premência, mesmo que os critérios genéricos dessa necessidade ainda não tivessem sido devidamente ponderados. Perduraria, contudo, uma certa prática, quando as questões patrimoniais eram movidas pelo empenho de gabinetes ministeriais. Foi o que sucedeu nos inícios de 1928, quando J. Pessanha ressaltou a acção desenvolvida pelo tutelar do Ministério da Instrução Pública (MIP) - J. Alfredo Mendes de Magalhães (1870-1957) -, a favor da conservação e *restauração* de monumentos «nacionais»³⁵. Verificava-se, deste modo, a legitimidade de uma proposição há muito requerida pela intelectualidade nacional com base nos principais exemplos europeus, segundo a qual o inventário só valeria se conectado à promoção da sua salvaguarda apenas garantida por um reiterado processo de classificação, conquanto restringido ao grau de «monumento nacional»:

Em boa hora, porém, parece ter chegado o fim da má sina dos monumentos, parece ter surgido - *tandem aliquando* - a fortunosa era da carinhosa afeição dos elementos oficiais, que tão precisa lhes é para seu salvamento. O ministro da Instrução, dr. Alfredo de Magalhães, [...] levanta - acto inédito nas portentosas regiões do mando! - o pendão do patrocínio às sagradas relíquias da nossa gloriosa história, manifesta-se decidida, enérgica e devotadamente, o protector da obra notabilíssima e altamente patriótica, que só por si vale pelo melhor e mais honroso dos mandatos governativos, de restauração e conservação do nosso excelente património arqueológico, monumental e artístico³⁶

Este acto jurídico, com força de lei, era considerado pela AAP, derivando a insegurança generalizada da inexistência de um cadastro monumental³⁷. O averbamento correspondente encontrar-se-ia, porém, nas mãos das entidades competentes, apaziguando, de alguma forma, os círculos empenhados na preservação patrimonial. Não era o quadro idealizado, pois o avolumar de edifícios históricos classificados instava à sua actualização sob pena de se perderem alguns.

Em conjunto com tais considerações fundamentais à perpetuação do legado histórico e artístico de todas as regiões do país, havia que accionar actividades concretas no âmbito da salvaguarda patrimonial. Ter-se-ia, no fundo, de ultrapassar vicissitudes

34 Id., *Idem*. Sessão de 09/11/1926. Inédito: «[...] ficando o mesmo senhor encarregado de redigir o pedido. Mais resolveu a Secção agradecer ao senhor Ferreira Lima, o seu oferecimento para ir a Cabeço de Vide examinar uns objectos romanos ali encontrados.».

35 Id., *Idem*. Sessão de 24/3/1928. Inédito.

36 Carlos de Passos, “Os monumentos no século passado e na actualidade”, p. 29.

37 A.H./A.A.P., *Idem*. Sessão de 14/4/1928. Inédito.

para que o passado se transformasse numa realidade presente com vista à sua apreensão futura. O conhecimento material dessas páginas de antanho constituía, sem dúvida, uma etapa essencial. E não bastava destacar membros e (re)activar officiosamente a anterior “rede” de sócios correspondentes³⁸. Tornava-se, sobretudo, fundamental exercitar a curiosidade geral e motivar o grosso dos associados para um movimento de “excursões” ou, melhor, de visitas de estudo fundamentadas, ainda em finais de 80 do século precedente, por Possidónio da Silva³⁹. Por isso, logo no ano seguinte ao da sua formação, a «Secção» delegou no seu presidente o programa de visitas a cumprir a curto e a médio prazos, escolhendo para colaboradores o autor da proposta, A. Neves, e outro consócio a designar⁴⁰. Seria o próprio a sugerir que as «Secções» de Arqueologia Pré-histórica, de Heráldica e Genealogia e de Estudos Orlisiponenses fossem representadas na sua comissão preparatória para envolver toda a vida associativa num projecto comum⁴¹. Por vezes, as visitas eram realizadas com propósitos bem definidos, para lá das fronteiras do conhecimento generalista do património existente nos locais mais recônditos, como intróito aos ambicionados inventários temáticos indispensáveis à (sobre)vivência de um projecto nacional pendente da coesão interna enriquecida pela sua diversidade, (re)lembrando-se os poderes lisboetas da força efectiva dos cadinhos culturais regionalistas e localistas, dos quais dependia, na realidade, a sua perpetuação, como demonstrara o artista gráfico José Antunes Marques de Abreu (1879-1958) com as deslocações a monumentos românicos do Norte e do Centro portugueses⁴².

Apesar deste projecto, a realidade demonstrava a prevalência das acções individuais neste domínio. Sobretudo quando o património indagado se localizava para lá do conceito (ainda algo indefinido) de “centro histórico” precisado pela industrialização (neste caso) da capital, num momento em que as condições dos meios e vias de comunicação permaneciam longe das modelares. O primeiro exemplo notório deste comprometimento pessoal revelou-se no início de 1927 quando o presidente da «Secção» anunciou tencionar publicar um estudo sobre a igreja paroquial setecentista de S. Domingos de Rana e a ermida quinhentista de N.ª Sra. da Conceição da Abóbada, ambas nos arredores de Oeiras⁴³, onde a AAP promoveria a preservação do respectivo pelourinho por ocasião do alargamento da estrada fronteira aos paços concelhios⁴⁴.

38 Cf. segundo capítulo de Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da memória. Um percurso na arqueologia de oitocentos*. Lisboa: AAP, 2003.

39 *Ibid.*

40 A.H./A.A.P., *Idem*. Sessão de 09/11/1926. Inédito.

41 *Id.*, *Idem*. Sessão de 13/04/1927. Inédito.

42 *Id.*, *Idem*. Sessão de 24/03/1928. Inédito.

43 *Id.*, *Idem*. Sessão de 04/01/1927. Inédito.

44 *Id.*, *Correspondência Recebida*, 23/03/1934. Inédito.

Esta disposição demonstrava a infinitude da protecção patrimonial. Já não bastava, pois, registar, classificar, conservar e restaurar. Urgia apetrechar as três Circunscrições monumentais de verbas competentes, em especial para obras de conservação mais prementes⁴⁵.

Tal como predisseram os seus antecessores da RAACAP⁴⁶, havia, acima de tudo, que divulgar e vulgarizar valências históricas, artísticas e arqueológicas de todo o património a preservar, promovendo-as junto dos proprietários e fruidores locais, criando a sensibilidade imprescindível à fixação das *memórias* de antanho, às quais competiria catalisar as atenções de investigadores, curiosos e viajantes, prestigiando as localidades e regiões ao retirá-las do (aparente) anonimato.

1.4 Património lisboeta

Como seria expectável, a pluralidade das acções promovidas por esta «Secção» foi maioritariamente desenvolvida na cidade de Lisboa e suas imediações. A isso obrigava de modo quase inconsciente a localização da sua sede. Daí, que uma das primeiras grandes iniciativas tomadas nesse sentido resultasse no pedido endereçado pelo médico e pré-historiador Joaquim M. Fontes (1892-1960) à «Secção» para que avaliasse um ofício do conselho administrativo da AAP sobre a intimação camarária feita à «Irmandade da Igreja Paroquial de N.ª Sra. da Encarnação» para que restaurasse, através de *limpezas e pinturas*, os edifícios sob alçada. A “mesa administrativa” entendia, no entanto, que a frontaria do templo e o alçado lateral que deitava para a Rua do Alecrim não deveriam ser limpos, preservando-se a patine *como é de uso em todos os paizes em que há respeito pelos monumentos artisticos de pedra*⁴⁷. Comprovava-se, assim, o esforço de individualidades nacionais em actualizar-se nas teorias de conservação e restauro trabalhadas além fronteiras, onde alguns territórios percorreriam uma linha ruskiniana. Apesar de o entender *moderno e não tenha a categoria de monumento nacional*⁴⁸, a «Secção» considerou que, «[...] na limpeza exterior d’esse edificio não deve ser empregado ferro ou qualquer substancia corrosiva, não havendo porem inconveniente em que as cantarias sejam lavadas com agua e piassaba.»⁴⁹, numa (re)visitação da atitude de Possidónio da Silva quanto a este mesmo assunto. Com tais advertências, a «Secção» consolidava a posição da “mesa administrativa”, para a qual

45 “A igreja de Santa Maria de Canas (Tondela)”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 14, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1926, p. 36.

46 Cf. o segundo capítulo de Ana Cristina Martins, *Idem*.

47 A.H./A.A.P., *Actas da Secção de História* (23/6/1925-8/12/1933). Sessão de 14/04/1928. Inédito.

48 *Ibid*.

49 *Ibid*. Sublinhados nossos.

somente as escovas com arames metálicos e produtos químicos retirariam a camada protectora natural da superfície pétreia (“patina biológica”)⁵⁰.

As atenções associativas não se centravam apenas neste templo. Na mesma sessão de Abril de 1928, uma das raras sócias, Maria do Carmo de Sousa Coutinho, recordou o abandono do mosteiro de Santos-o-Novo, onde elementos arquitectónicos e decorativos eram vandalizados por menores que «[...] livres de toda a vigilancia frequentam semelhante logradouro por todos os titulos digno de respeito que a tradição vincou n’aquelles claustros ungidos de benções da nossa primeira, embora mal vinculada nobreza.»⁵¹. Tal como demais intelectuais conterrâneos preconizando a beneficiação de espaços antigos despojados dos seus valores originais, M. Sousa Coutinho desejava que a adaptação formulada para o mosteiro fosse executada rapidamente, destinando-se parte da área construída ao recolhimento das viúvas dos militares - sobretudo aviadores - perecidos na I Grande Guerra. Enquanto este plano não fosse formalizado, sugeria que a «Secção» propusesse a classificação da igreja monacal como «monumento nacional» para sua efectiva protecção, numa iniciativa visionária ao rasgar caminho a classificações parcelares quando apenas alguns elementos arquitectónicos deveriam ser resgatados. O presidente da «Secção» anuiu, em especial quando o responsável pelo MIP, A. de Magalhães, parecia empenhado em promover a salvaguarda patrimonial, «[...] já porque é assumpto da Pasta que abraça, já pelo seu sentimentalismo manifestado na psicologia artistica da sua palavra.»⁵². Era uma prova mais de como a política patrimonial dependia (ainda) em excesso da atenção de governantes e não de um programa específico integrado na agenda de cada gabinete. Infelizmente, os vandalismos cometidos no mosteiro prosseguiram passados quase dois anos⁵³, a exemplo de outros edifícios da categoria religiosa. Foi o caso do convento de Chelas, cuja ruína compeliu o CAA da 1.ª Circunscrição a sugerir, ao Ministério da Guerra (MG), a sua desclassificação como «monumento nacional», transferindo as peças nele existentes para o MAC, demonstrando o ascendente ainda desfrutado pela AAP no seio deste organismo estatal, apesar das alterações observadas no domínio patrimonial português⁵⁴, retirando-se a protecção legal ao edifício, porquanto, «[...] no estado em que actualmente se encontra, não deve continuar a ter a classificação de monumento nacional, mas apenas conservá-la para o portal manuelino e a sua galilé [...]»⁵⁵.

50 Cf. o segundo capítulo de Ana Cristina Martins, *Idem*.

51 A.H./A.A.P., *Idem*. Sessão de 14/04/1928.

52 *Ibid.*

53 *Id.*, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (01-05-1928 a 07-11-1930)*. Acta n.º 61, 07/11/1929. Inédito.

54 *Id.*, *Idem*. Acta n.º 62, 05/12/1929.

55 *Id.*, *Idem*. Sessão de 24/03/1928. Inédito.

1.5 Património não lisboeta

Ao contrário do registado na «Secção de Estudos Olisiponenses», a acção da «Secção de Arqueologia Histórica» não se resumia à cidade de Lisboa. Nem aos seus arrabaldes, embora a tendência fosse naturalmente essa mercê da procedência da maior parte dos membros mais actuates e da localização da sede associativa.

Foi, assim, que, em Março de 1928, J. Paulo Pereira anunciou o estabelecimento de uma relação⁵⁶ próxima com a proclamada «Comissão de Iniciativas da Restauração do Castelo da Guarda». Não era a primeira vez que o monumento motivava a apreciação associativa. Um ano antes, fora procurada para avaliar um estudo sobre o castelo⁵⁷, atestando o crédito granjeado pela AAP junto dos pares e o merecimento científico de seus destacados elementos, como indicam as palavras proferidas pela comissão, aspirando «[...] executar em harmonia com as indicações que nos forem dadas pela distinta e patriótica “Associação dos Arqueólogos Portugêses”». ⁵⁸ A proposta contemplava a construção de uma “estrada de turismo”, para facilitar o acesso automóvel ao castelo, já com 700m concluídos, perfazendo a primeira fase da sua valorização destinada a rentabilizar financeiramente o monumento, como ansiavam as autoridades locais. Era assim beneficiado por registo turístico, uma das principais motivações dos planos políticos para a acção patrimonial. Três anos antes (1924), o engenheiro, professor, escritor e olisipógrafo Augusto Vieira da Silva (1869-1951) expusera à Assembleia Geral camarária um plano apresentado à Comissão de Estética da CML para construção de um *hotel monumental* no terraço do castelo de S. Jorge, ao qual - surpreendentemente (ou talvez não) - se oporiam os demais sócios apenas se o mesmo modificasse as perspectivas e pormenores das remanescentes estruturas originais.

Após desbravar o caminho ao turista, havia que ponderar o restauro deste castelo e sua envolvente, cimentando o pavimento e a cobertura, e reparando-se o restante em cantaria. O projecto ambicionava mais, considerando restabelecer o caminho de ronda «[...] *pela forma a mais aproximada possível da primitiva construção*». ⁵⁹, expressando a prevalência do arquétipo violletíniano da “traça primitiva”. Não só. Numa atitude (algo) precursora (embora não original), este plano compreendia também a montagem de um mirante com binóculo para comodidade turística e - o mais importante - a instalação de um núcleo museológico de “sítio”, devendo-se, para tal, «[...] em todo o recinto recolherem-se todas as pedras artísticas espalhadas pela região [...]» ⁶⁰. Impunha-se, todavia, obter permissão da instituição tutelar (MG) para as

56 A.H./A.A.P., *Actas da Secção de História (23/6/1925-8/12/1933)*. Sessão de 24/03/1928. Inédito.

57 Id., *Idem*. Sessão de 09/05/1927. Inédito.

58 Id., *Correspondência Recebida*. 09/11/1927. Inédito.

59 Id., *Actas da Secção de História (23/06/1925-8/12/1933)*. Sessão de 24/03/1928. Sublinhado nosso.

60 *Ibid.*

obras programadas, sendo interessante que a «Secção de Arqueologia Histórica» visse o estudo como «[...] uma minuciosa descrição d'estas venerandas reliquias do nosso passado militar, cujo *esquecimento e abandono votou à mutilação*, juntas áqueles a *acção do tempo e a expansão social*.»⁶¹. Estas palavras demonstravam um discernimento profundo sobre processos de degradação monumental, com realce para a pressão urbanística tendente a ocultar uma realidade pouco harmonizável com a mundividência dos “anos loucos”. Perante a necessidade de redigir um parecer, José Maria da Silva Pessanha (1865-1939) considerou a inexistência de um gráfico elucidativo dos monumentos referidos obstativo a uma resolução imediata. Quanto ao projecto de restauro, a forma e o dispositivo das ameias não desarmonizariam o passeio de ronda dos restantes elementos, «[...] ficando o mais disfarçado possível senão oculto, o oculo de longo alcance [...]»⁶², em consonância aos ditames centrais da “unidade de estilo” oitocentista. Pretendia-se, pois, «[...] esboçar em principio as linhas geraes da ideia que a nossa Associação poderá sancionar e perfilhar, como mais conveniente e *integrada no espirito tradicional, estetico e patriotico*.»⁶³.

Era como se, no dealbar de um novo período da realidade nacional, a AAP pretendesse associar-se às directrizes dos decénios vindouros, centralizando-se em ideais como a tradição e o patriotismo aliados a uma nova estética, mesmo que fundamentada num século XIX romântico e positiv(ist)a. Foi neste sentido que um museu no recinto interior do castelo acolheu apoio da «Secção», julgando conveniente desobstruir os panos de muralha, defendendo-os de mutilações e expropriações de moradores adjacentes, numa posição inscrita na *espirito de defeza do patrimonio artistico e monumental de Portugal*⁶⁴, desrespeitando embora a história do monumento composta desses adossamentos. Mas, nem o museu foi instalado no castelo, nem as muralhas foram desimpedidas. Se o desafrontamento se aproximava do projecto inicial, depressa se transformou em causa principal da deterioração estrutural. Despidas dos rebocos que as escudavam dos rigores climatéricos; desprotegidas da acção dos homens e das estruturas erguidas em seu redor, os alçados exteriores convertiam-se em áreas privilegiadas de acções de alteração e alterabilidade, pese embora, no final desse ano (1927), se começasse a «[...] tratar da conservação e reparação de um dos monumentos mais interessantes do nosso patrimonio architectonico.»⁶⁵, a cargo de uma *Commissão de Iniciativa*, com o envolvimento do sócio-correspondente João B.

61 *Ibid.* Sublinhados nossos.

62 *Ibid.*

63 *Ibid.* Sublinhado nosso.

64 *Ibid.*

65 *Id.*, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (31-07-1925/31-05-1928). Acta n.º 32, 24/11/1927. Inédito.

Pessoa⁶⁶. Mais a Norte, seria Luiz Ferreira Luzia a referir-se às ruínas românicas da «Torre da Lapela» (junto ao rio Minho), reclamando-se das entidades competentes da região as providências essenciais à sua conservação⁶⁷.

1.5.1 Património medieval

Este interesse pela medievalidade portuguesa possuía um longo historial associativo a não subestimar. Tal como nos principais palcos europeus, o século XIX português assistira à eclosão dos estudos medievos de inspiração de escritores e estetas, e de substrato de agenda ideológica assente num ideário medieval (re)visitado à luz de novos paradigmas exaltados pela sociabilidade burguesa e industrial(izada). Mesmo que a primeira sociedade formada entre nós para estudo, conservação e divulgação de estruturas antigas - a Sociedade Arqueológica Lusitana (SAL)⁶⁸ - tivesse (curiosamente) seleccionado o *sítio* de Tróia para verter a sua filosofia, foi a medievalidade nacional que prendeu melhor a atenção dos nossos letrados, motivando algumas primeiras investigações da RAACAP.

Numa época de afirmação, por excelência, de fronteiras geográficas e mentais perante um cenário ocidental que perigava facilmente a legitimidade da sua observância, dever-se-ia perscrutar fundo as raízes da mais recente realidade portuguesa secularmente materializada. De contrário, perder-se-ia a *memória* fundamental à união em torno de um programa político determinado a abrir as portas do país ao vertiginoso trilhar contemporâneo. Ultrapassados os principais resquícios da mão avassaladora das tropas napoleónicas, dissipar-se-iam as motivações iniciais desta atitude mais defensiva. Nada mais enganador. Os acontecimentos subjacentes ao *Ultimatum inglês* (re)avivaram a chama nacional(ista), despertando ódios ancestrais e determinando o envolvimento geral na (a)firmação do ser e do sentir português. Mesmo que de modo parcial, seriam, de novo, os estudos medievais a posicionarem-se de forma privilegiada nesta demanda estendida a todo o século XX, com incidência nos anos 30 e 40, quando o *Estado Novo* remeteu para a mesma época ancestral a essência das suas pretensões sociais. Além disso, ainda em 1924, Luis d'Oliveira Guimarães proferira uma conferência em assembleia-geral da AAP sobre a *Vida dos Castellos*, rememorando testemunhos portugueses que, desde o Minho ao Algarve, ostentavam *a sua feição pitoresca, e a poesia das suas ruínas*⁶⁹. Ademais, fora nesse mesmo ano que o coronel

66 Id., *Idem*, Acta n.º 40, 26/04/1928. Inédito.

67 Id., *Idem*. Sessão de 24/03/1928. Inédito.

68 Ana Cristina Martins, "As ruínas de Tróia (Portugal) e o despertar da Arqueologia clássica no Portugal de oitocentos. In CABRERA VALDÉS, V.; AYARZAGÜENA, M., eds. lts. - El nacimiento de la prehistoria y de la arqueología científica. Madrid: Sociedad Española de Historia de la Arqueología, (Archaia; 3-5), 2005 p. 65-85.

69 A.H./A.A.P., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (22-

Gaspar do Couto Ribeiro Vilas dissertara acerca de *Os Velhos Castelos Portugueses* (repetida em meados de 1934 sob o título *Portugal, seus castelos*⁷⁰), de carácter técnico e histórico, englobando estruturas tão diversificadas quanto os primeiros castros e a maneira de os edificar, até aos *castelos romanos*, passando pela invasão dos godos, ocupação sarracena e primeiros tempos portugueses. Eram os casos dos castelos dos reinados de D. Sancho I (1154-1211) e de D. Diniz (1261-1325), assim como da Torre de Quintela (Vila Real), dos castelos de Sines, Óbidos, Vila Viçosa, Almourol⁷¹ e Beja, a par da residência acastelada quatrocentista do Alvito, Porto de Moz, Sabugal, Outão, Vila do Conde⁷², a par da fortificação da praça de Elvas, dos solares acastelados - como a «Bacalhoa» - e, por fim, dos templos fortificados, a exemplo da Sé Velha de Coimbra e de Leça do Balio⁷³.

Reiterava-se, deste modo, uma posição enraizada na intelectualidade nacional empenhada em registos etnográficos e investigação etnológica para entroncar as raízes do fundo nacional(ista) em fortificações da Idade do Ferro, vulgarmente conhecidos por *castros* ou *citânias*, ainda que o filólogo, etnógrafo, arqueólogo, museólogo e professor universitário José Leite de Vasconcellos (1858-1941)⁷⁴ os subdividissem cronologicamente, desde os *pre-romanos* aos *lusó-romanos*⁷⁵. Saliente-se, contudo, que o mesmo sócio seleccionava, de entre a multiplicidade de espaços muralhados, os medievais, símbolos do espírito nacional(ista) perseguido desde os idos liberais oitocentistas, sobretudo quando a acção dos soberanos que lhes estavam associados pautara-se pela afirmação do poder central escorada numa solidariedade alinhada

02-1921/16-02-1924). Acta n.º ?, 26/01/1924. Inédito.

70 Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (29-05-1931 a 25-06-1935). Acta n.º 130, 03/05/1934. Inédito.

71 Cf. Teresa Pinto Furtado, *O Castelo de Almourol: monumento e imaginário*, Texto policopiado. Tese de Mestrado em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996; “Um castello romântico. Almourol”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 176, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1909, p. 25.

72 Humberto Beça, “O castelo de Vila do Conde”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 734, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1920, pp. 12-14.

73 A.H./A.A.P., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (22-02-1921/16-02-1924). Acta n.º ?, 16/02/1924. Inédito.

74 COITO, L. C.; CARDOSO, J. L.; MARTINS, A. C. - *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Editorial Verbo, 2008.

75 José Leite de Vasconcellos, “Castros”, *O Archeologo Português*, vol. I, n.º 1, Lisboa, MEP, 1896, p. 7: «*Neolithicos*, isto é, do período da pedra polida, do qual não restam documentos escritos, e *do qual quasi só podemos ter conhecimento pelo estudo directo dos objectos: protohistoricos*, isto é, de uma epocha á cêrca da qual começam a apparecer noticias historicas, e que póde dizer-se que dura até á vinda dos Romanos, no seculo III antes da era christã. A epocha dos metaes pertence em parte á prehistoria, em parte á protohistoria. Ao passo que os castros protohistoricos manifestam *successão* da civilização protohistorica á neolithica, ou já completa *substituição* de uma á outra, os mixtos revelam ainda a *coexistencia* das duas civilizações. Parece-me ficar assim estabelecida claramente a distincção que dos typos geraes acima faz.» (itálico nosso).

por malhas interdependentes, protegendo-se, em simultaneidade, interesses internos, reparando antigos burgos, edificando castelos e desenvolvendo culturalmente o território construído sob desígnio português.

Não surpreende, por conseguinte, que F. A. Pereira sugerisse (meados de 1926) à «Secção de Arqueologia Histórica» da AAP⁷⁶ que ponderasse o restauro e o aproveitamento do castelo de Lindoso. Enquanto isso, Henrique Loureiro opunha-se à intenção da autarquia elvense de derrubar as muralhas da cidade⁷⁷, pela importância militar que atestavam. Embora já não desfrutasse do mesmo papel defensivo, reprovava a destruição da *rica architectura das suas numerosas portas*, evitando-se novo *attentado á arte e á historia*⁷⁸, mormente pelas razões invocadas pelo MG:

O rasgamento dum trôço das muralhas de Elvas afim de facilitar o transitio na entrada e saída da cidade é uma antiga aspiração da mesma cidade, cujos municipios têm com instância feito tal pedido a êste Ministério, que o mandou agora estudar, sob o ponto de vista militar [...]. [ainda que] Como nenhuma resolução definitiva está tomada sobre o assunto parecia conveniente a valiosa e competentissima intervenção de V. Exa. [Presidente da AAP] junto dos organismos importantes da cidade de Elvas, a fim de *procurar chegar-se a um acordo que não prejudicando os interesses desta cidade, não fosse absolutamente contrário ás aspirações da illustre Associação dos Arqueólogos Portugueses*⁷⁹

Era significativo que, na maioria das vezes, se invocasse o interesse público. Em especial por se circunscrever quase sempre a um dos principais paladinos da contemporaneidade, ou seja, à livre circulação, não tanto de pessoas, mas de veículos, pois, «Às vezes, na capital, surgem êstes rebates de aniquilamento do velho burgo e isso faz-se, quási sempre, em nome do problema do trânsito, sempre a agravar-se, ou do capricho dos édis municipais, ávidos de pôr em acção o camartelo poderoso que destroe em nome do interêse público.»⁸⁰.

Aos poucos, passava-se de um interesse generalizado para o categorizado e, deste, para o tipológico, atendendo-se gradualmente a trechos específicos de um todo. Foi o que sucedeu com as portas dos castelos, para as quais se chamava a atenção desde, pelo menos, meados da segunda década do novo século, nomeadamente em períodi-

76 A.H./A.A.P., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (22-02-1921/16-02-1924)*. Acta n.º ?, 27/05/1926. Inédito.

77 Id., *Correspondência expedida*, 04/04/1927. Inédito.

78 Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (22-02-1921/16-02-1924)*. Acta n.º ?, 16/03/1927. Inédito.

79 Id., *Correspondência Recebida*. 16/03/1927. Inédito. Sublinhado nosso.

80 "A igreja de São Julião vai ser demolida", *Noticias Illustrado*, anno IV, série II, n.º 325, Lisboa, Tipografia do «Diário de Noticias», 1934, p. 21.

cos tão paradigmáticos quanto indispensáveis à divulgação do património existente entre nós, como a *Terra Portuguesa*. Aqui, e ao mesmo tempo que se destacava a sua relevância para o desenvolvimento turístico português, exclamava-se que «Velhos castelos de Portugal, tão sugestivos de arte e de tradições: como, nas vossas desmanteladas ruínas, sois dignos da mais carinhosa veneração!...»⁸¹.

Não estranhará toda a atenção dispensada pela «Secção de Arqueologia Histórica» da AAP à investigação medieval, enquanto solicitava às autoridades competentes que interviesse pontualmente em conservação e/ou restauro, a exemplo do castelo medieval de Almeida, onde «[...] a porta de Santo António ameaça ruína [...]»⁸². Ou em Faro, onde a Câmara mandara derrubar «[...] uns metros de muralha, que não teem merecimento algum historico, arqueologico ou artistico.»⁸³, sugerindo que «Essa Associação não deve fazer-se echo de politiquices que tendem a inutilisar o esforço e iniciativa daqueles que pretendem fazer alguma coisa da sua terra.»⁸⁴. Expressava-se, assim, o modo como eram então encaradas as instituições patrimoniais enquanto cerceadoras de desenvolvimento urbanístico.

No entretanto, a «Secção» propunha o envio de um questionário às câmaras municipais, o menos técnico possível pelos poucos conhecimentos específicos que deteriam sobre fortificações medievais⁸⁵. Mas, sobretudo, acerca dos sistemas defensivos medievais, a ponto de Botelho da Veiga propor (1928) a J. Leite de Vasconcellos a publicação de estudos sobre castelos e caminhos medievais que, no seu entender, não se afastariam das vias romanas. Na verdade, ela denunciava a consciência vincada de uma realidade ignorada por muitos, desconhecida ou simplesmente obviada: a reutilização dos mesmos espaços para consagração de tipologias utilitárias similares ao longo de séculos⁸⁶. Com efeito, era um entendimento precioso, pois dele dependeria a execução de uma prospecção mais ou menos proficiente. A sugestão daquele consócio foi acolhida positivamente pela «Secção», a ponto de o engenheiro e numismata Raul da Costa Couvreur (1879-1959) se referir à *acção patriótica* do engenheiro português Francisco de Lima, «[...] que tem poupado á rescisão muitos monumentos militares antigos do Norte do paiz, custeando a sua conservação, estudando a sua arquitectura sob o ponto de vista historico, fotografando-os, medindo-os, etc.»⁸⁷. Sugeria, por

81 Ribeiro Christino, “Velhas portas de antigos castelos”, *Terra Portuguesa*, anno II, n.ºs 15-16, Lisboa, Typographia do Anuario Commercial, 1917, p. 63.

82 A.H./A.A.P., *Idem*, 28/07/1935. Inédito.

83 *Id.*, *Idem*, 21/01/1925. Inédito.

84 *Id.*, *Idem*, 22/01/1925. Inédito.

85 *Id.*, *Idem*, 12/07/1928. Inédito.

86 *Id.*, *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (22-02-1921/16-02-1924). Actas da Secção de História (23/06/1925-8/12/1933)*. Sessão de 23/06/1928. Inédito.

87 *Ibid.*

isso, expedir o questionário patrimonial da «Secção» a personalidades, cujos saberes pessoais, recursos logísticos, capital económico e social as privilegiava para, a par das demais entidades colectivas, públicas e privadas, atenderem ao propósito associativo, coligindo dados transmutáveis no verdadeiro “inventário patrimonial” do país.

Mas as contrariedades mantinham-se apesar dos constantes reptos lançados a partir da igreja arruinada do Carmo. Em 1942, por exemplo, sublinhava-se que o castelo trecentista de Campo Maior «[...] encontra-se esquecido pelas entidades que outros castelos tomaram à sua conta, beneficiando-os e incluindo-os na moderna róta do turismo.»⁸⁸. Mais de 20 anos depois, foi a AAP a promover escavações arqueológicas nestes exemplares tipológicos, designadamente em Évora, no castelo do Giraldo, e em Mourão, no castelo da Lousa, com o auxílio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), em demanda de níveis ocupacionais anteriores à medievalidade⁸⁹, investigando, em concomitância, no «Acampamento romano dos “Castelos”»⁹⁰, na Herdade do Monte Novo (do Castelinho)⁹¹. Volvidos 10 anos, a «Secção» recebeu um ofício da Direcção das Estrada (DE) requerendo dados sobre vias romanas em território nacional fornecidos pelo capitão Gastão de Melo Matos⁹². Este pedido denunciava, porém, uma evolução de fundo nas instituições quanto ao património, neste caso arqueológico. Com efeito, a DE empenhar-se-ia em preservar os vestígios desta tipologia arqueológica, sendo, para tal, indispensável identificar os antigos traçados romanos, a fim de que as novas vias de comunicação não fossem rasgadas sobre eles. De facto, não eram apenas os vestígios medievais a centralizar associados, a exemplo de Manuel Paiva Pessoa, ao informar (Julho de 1929) a AAP da publicação de um artigo no *Terças da Beira* (Guarda) sobre uma ara votiva dedicada à divindade “Arestias”⁹³, como se, ainda que inconscientemente, pretendesse afirmar a Arqueologia numa «Secção» votada, em primeiro lugar, aos estudos históricos da medievalidade em diante. Mas tal como a investigação de campo e de gabinete determinaram, era difícil (se não impossível) apartar circunstâncias quase sempre apreendidas contextual e diacronicamente. Neste sentido, nem a cidade de Lisboa era incólume ao desenvolvimento indomável dos *anos loucos*, visível nas propostas de transformação de *espaços-memória* expressivos da sua História. Sobretudo da correspondente medievalidade tão crucial na sua (sobre)vivência.

Enquanto isto, inquiriam-se iniciativas assumidas por direcções do MG responsáveis pela manutenção de castelos, a exemplo da projectada demolição do castelo de S.

88 Id., *Correspondência Recebida*, 09/04/1942. Inédito.

89 Id., *Correspondência Expedida*, 31/12/1963. Inédito.

90 Id., *Idem*, 30/12/1962. Inédito.

91 Id., *Idem*, 01/02/1963. Inédito; Id., *Idem*, 30/12/1962. Inédito.

92 Id., *Actas da Secção de História (27/07/1935-10/03/1942)*. Acta n.º 67. 19/07/1939. Inédito.

93 Id., *Ibid.* Sessão de 13/07/1929. Inédito.

Tiago (Viana do Castelo) *para uma melhor urbanização da cidade*⁹⁴, apesar de o estruturarem torres, muralhas e fortes (classificados), como fez notar a Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)⁹⁵, sendo repudiada com assertividade pela AAP por «[...] atentatório do passado histórico, arqueológico da cidade e, até, da sua beleza e *indústria turística*.»⁹⁶, aliciante para entidades locais, regionais e nacionais. Daí que o engenheiro Augusto Vieira da Silva (?-1951) chamasse a atenção (meados de 1928) dos consócios para a pretendida reparação de um troço do muralhado lisboeta e *formoseamento* do Largo de S.ta Luzia (Alfama), intercedendo-se junto da edilidade para que «[...] não seja encarregado d'essa reparação, quem não tenha competencia para o fazer [...]»⁹⁷. Mas apesar de J. Leite de Vasconcellos pretender publicar um protesto veemente nos jornais contra *taes pretendidos vandalismos*, o presidente, Xavier da Costa, replicou ser,

inutil contarmos com a imprensa, que, não hesitando em occupar quasi todas as columnas dos seus jornaes com relatos de todos os jogos de bolas e crimes praticados, *recusa systhematicamente um pouco de espaço a qualquer manifestação de intellectualidade, que vá diminuir o espaço destinado aos diversos jogos de bolas diversas*⁹⁸

1.5.2 Divulgação patrimonial

Se os periódicos de maior circulação desatendiam questões culturais, preenchendo-os com matérias generalistas e evasivas, sem grande (ou nenhum) espaço à reflexão, restava, embora com grandes dificuldades, publicar obras de maior fôlego, registando acções promovidas por uma faixa (mesmo que estreita) da sociedade em proveito do resgate das nossas *memórias*. Entende-se, por isso, que o tenente-coronel Augusto Botelho da Costa Veiga anunciasse um facto de *grande valor para a historia militar medieval* do país: a edição, patrocinada pelo MG, de estudos completos e *precisos* sobre os castelos da Beira, «[...] que deverão desviar-se de lendas e tradições, mas cingir-se á publicação das respectivas plantas e medições e á descripção do seu valor militar e papel historico nas varias épochas da sua existencia.»⁹⁹.

A par dos militares, eram os edifícios religiosos a merecer maior atenção associativa e letrada do país. Com alguma tradição na AAP¹⁰⁰, o mosteiro de Alcobaça captou

94 Id., *Correspondência Recebida*, 26/07/1946. Inédito.

95 Id., *Idem*. 07/11/1946. Inédito.

96 Id., *Idem*, 04/07/1946. Inédito. Sublinhado nosso.

97 Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (31-07-1925/31-05-1928)*. Acta n.º 41, 31/05/1928.

98 Id., *Idem*. Itálico nosso.

99 Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (01-05-1928 a 07-11-1930)*. Acta n.º 45, 03/11/1928. Inédito.

100 Sobre este assunto, veja-se o segundo capitulo de Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896)*

associados no início de 1929, quando J. R. Simões aludiu à conservação e restauro ali em curso mercê do esforço de A. Bermudes. Este assunto suscitou uma reacção imediata de J. Augusto Neves, sugerindo recuperar-se as antigas “excursões” associativas (visitas de estudo) a locais (considerados) relevantes da *memória* colectiva do país, estipulando-se, durante algum tempo, uma *visita anual* por ocasião das celebrações nacionais do 10 de Junho¹⁰¹. Foi, exactamente, neste âmbito que propôs a sua realização a vários lugares, o que, no entender de A. B. da Costa Veiga, para «[...] serem proficuas, deveriam ser antecipadas por conferencias [...]»¹⁰², conquanto nem sempre fosse fácil encontrar o conferencista adequado,

poiz ninguém é *omnisciente* e a visita dos monumentos historicos comprehende a sua apreciação debaixo do *ponto de vista historico, religioso, militar e artistico*, como sucedia por exemplo em Obidos e Lisboa onde havia tanto que apreciar [...] Lisboa é um vasto campo p.^a excursões onde há muito que ver¹⁰³

Numa atitude precursora de procedimentos actuais, B. da Costa Veiga ofereceu-se para orientar visitas a monumentos militares, insistindo, contudo, na sua realização prioritária na comarca lisboeta, por serem menos onerosas. Um procedimento enquadrado na sociabilização e vulgarização de conhecimentos lançadas pelo *Estado Novo*, colhendo apoio de nomes maiores da comunidade científica, em particular durante as comemorações de 1940:

Em devota jornada de gratidão nacional vão os altos representantes do Estado contemporâneo, vai a grei portuguesa do nosso tempo, visitando sucessivamente êsses monumentos e locais, vai a Nação ajoelhando e rezando, com alegria comovida, sôbre a terra sagrada ou perante as relíquias preciosas que assistiram aos factos culminantes da nossa história. Templos, castelos, sepulcros, campos de batalha, recebem a homenagem piedosa e agradecida dos portugueses de 1940, romeiros de Santo Portugal, peregrinos da Pátria¹⁰⁴

1.5.3 Estudos militares

Não obstante centralizar a vida da «Secção», a salvaguarda monumental constituía apenas um capítulo, não desmerecendo outros assuntos históricos. Foi o que sucedeu (meados de 1927) com as discussões em torno da batalha de Ourique (verdadeiro mito

e o *Elogio da Memória...*

101 “Vida intelectual da Associação. b) - Suas manifestações externas”, *Arqueologia e História*, vol. V, Lisboa, AAP, 1926, p. 185.

102 A.H./A.A.P., *Actas da Secção de História* (23/6/1925-8/12/1933). Sessão de 09/03/1929. Inédito.

103 *Ibid.*

104 A. A. Mendes Correia, *Gérmén e Cultura*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1944, p. 67.

messiânico fundador¹⁰⁵) que, na proposta de Ludovico Caetano de Menezes (1860-1949), merecia uma comissão de avaliação, sugerindo que o Governo a consultasse antes de qualquer resolução¹⁰⁶. Estes alvitre tomaram outra dimensão, quando o bibliófilo T. B. de L. e S. Larcher (1865-1932) noticiou o aparecimento de sepulturas ao plantar-se vinha¹⁰⁷, sendo visitadas pela *Secção de Archeologia Lisbonense* na Primavera de 1918¹⁰⁸, num ano em que a AAP era (re)declarada instituição de utilidade pública. Volvido menos de um mês, o presidente da «Secção», J. Pessanha, anunciava que o estudo fora entregue à Secção pela assembleia-geral de associados e respectivo conselho administrativo¹⁰⁹. L. C. de Menezes dissertou, então, amplamente sobre as hipóteses do local e data da Batalha, indicando as imediações de Évora, entre Lourel e Aviz, conquanto não sustentada documentalmente, em desacordo com Henrique Loureiro para quem o «Campo de Ourique» corresponderia, a partir da análise toponímica e compósita de vocábulos de raiz muçulmana, a uma vasta planície compreendida entre Abrantes, Évora e Palmela.

Perante uma divergência tão evidente, J. Pessanha considerou a «Secção» incapaz de examinar um assunto basilar da *História Nacional*, em contraponto a sociedades específicas de investigação histórica. Surpreendemo-nos com tais palavras, quando a maioria dos objectos de estudo da «Secção» se reportava, justamente, às épocas medieva e moderna, ou seja, a períodos “históricos”, embora investigáveis arqueologicamente. É certo que a designação inicial da «Secção» era de «Arqueologia Histórica». Mas este facto não contrariava a legitimidade da promoção de estudos históricos. Talvez J. Pessanha pretendesse apenas evitar uma infundável discussão que pouco beneficiava a vida associativa, num clima pautado pelo movimento militar e oposição civil à Ditadura instalada.

A posição de L. C. de Menezes não foi, de facto, bem recebida, a ponto de J. A. Neves propor que não discorresse mais sobre aspectos afonsinos (1109-1185) relevantes para a *historia patria*, como era o caso. As reservas de J. Pessanha relacionar-se-iam, todavia, com as críticas de L. C. de Menezes sobre uma obra publicada recentemente pelo General e historiador militar Vitoriano José César (1860-1939), localizando junto a Santarém a contenda militar e a antiga ponte romana lançada sobre o Tejo. Se o livro continha imprecisões, não deveria a «Secção», mesmo que à margem dos seus estatutos, autorizar L. C. de Menezes a esclarecê-las em nome da AAP? Ademais, era

105 Ernesto Castro Leal, “Tópicos sobre os nacionalismos críticos do demoliberalismo republicano: moral, religião e política”, p. 146.

106 A.H./A.A.P., *Ibid.* Sessão de 14/06/1927. Inédito.

107 *Id.*, *Actas da Secção da Archeologia Lisbonense (25/01/1918-05/06/1925)*. Sessão de 01/02/1918. Inédito.

108 *Id.*, *Ibid.* Sessão de 22/02/1918. Inédito.

109 *Id.*, *Actas da Secção de História (23/06/1925-08/12/1933)*. Sessão de 12/07/1927. Inédito.

por isso que entendia dever-se constituir uma comissão governamental com representantes do Exército, da «Academia das Ciências de Lisboa» (ACL) e da própria AAP¹¹⁰. Não obstante, J. P. Pereira opunha-se-lhe, assim como o presidente da «Secção», pois, ao fazer-se a crítica e a apreciação desfavoráveis a um livro *que encerra importantíssimas afirmações de carácter histórico já aceites como boas pelo Governo da Nação*, não se apresentaram provas ou razões que levassem a Secção a julgar do fundamento da impugnação feita pelo Sr. Dr. Ludovico de Menezes e Sr. José A. Neves, e as também não comprovadas asserções do Sr. General Vitoriano José Cesar. E justamente porque não estava presente o autor da publicação, entendia ele, Paulo Pereira, não haver por parte da Secção o direito de combater as afirmações que o referido livro continha, enquanto algum consócio não conseguisse descobrir a verdade histórica, opondo com provas decisivas os argumentos que esclarecessem ou destruíssem a obra daquele publicista¹¹¹

Os principais membros da «Secção» ter-se-ão, assim, desentendido, sobretudo após Afonso de D. Cisneiros de D'Ornellas (1880-1944) propor que L. C. de Menezes estudasse o assunto a ser oportunamente apreciado (e talvez aprovado) e enviado à ACL e ao Governo, numa evidência da importância política do caso, patente, ademais, nas palavras de J. P. Pereira (*vide supra*), (quase) receando as suas consequências para a AAP, face a previsíveis mutações ideológicas no país. Além disso, vislumbrar-se-ia um (aparente) comprometimento entre as actividades movidas no seu interior e a agenda política imposta no país, ainda que (talvez) buscando apenas uma garantia à sua (sobre)vivência. Era o que depreendia J. P. Pereira, por,

parecer-lhe muito escabrosa a discussão do caso, pelo modo como tem sido orientada, pela razão de que, *se a Secção ou a Associação em geral se resolve a tratar de uma questão para a qual não foi solicitada, e não consegue destruir, de facto, a doutrina histórica perfilhada pelo Governo, e tácitamente consentida pelas Academias de Historia, dahi pode resultar um grave desprestígio para a nossa Associação*. Defende, portanto o criterio de considerar estranha aos fins e objectivos da Associação a causa que ora se discute, enquanto não surgirem provas concludentes para a orientação prudente a tomar¹¹²

Revelava-se, por fim, a razão das resistências de alguns membros: não argumentar a *doutrina histórica perfilhada pelo Governo*, por implicar *um grave desprestígio* para a AAP. Estávamos na segunda metade de 1927 e a política nacional era paulatinamente moldada por António de Oliveira Salazar (1889-1970), defrontando o «golpe dos Fifis»

110 Id., *Correspondência recebida*, 03/06/1927. Inédito.

111 *Ibid.*

112 *Ibid.* Itálico nosso.

liderado por elementos da Ditadura Militar próximos do integralismo lusitano, bem como manifestações organizadas por diferentes sectores.

Perante tal argumentação e apesar de persistir na sua proposta A. de D’Ornellas encerrou o debate pelo facto de a «Secção» não poder (= dever) pronunciar-se por escassez de elementos sólidos.

Como nunca presumira, a vida associativa enfrentava a força do poder político, embora mantivesse a sua linha de investigação, apresentando, logo no final do ano seguinte (1928), a obra de B. da Costa Veiga *Breves palavras sobre a Batalha de Ourique*, acerca dos combatentes registados em documentos medievais e da própria táctica da batalha retirada da *Chronica Gothurûm*¹¹³. Propôs (1932), ainda, que «A Associação dos Arqueólogos Portugueses, associa-se patrioticamente, a toda as manifestações que tendem a exaltar a sua magnitude da celebre campanha de Ourique, reservando, porem, sua opinião definitiva, quanto à localização da batalha em virtude das graves duvidas que varias comunicações dos seus socios, realizadas em diversas epochas suscitaram sobre a plausibilidade da hipotese do Cartaxo.»¹¹⁴.

Não foi esta a única página da história militar portuguesa a importar aos associados. B. da Costa Veiga dissertou (1928) sobre as causas do faseamento “dos grandes feitos militares”, como a Batalha de Aljubarrota¹¹⁵ (no âmbito da qual a “revolução” de 28 de Maio de 1926 ganhava novo significado¹¹⁶), discordando do cronista Fernão Lopes (1380-1460) e perfilhando, em contrapartida, a posição de **Pedro López de Ayala** (1332-1407), na sua exaltação ao Condestável do Reino, Nuno Álvares Pereira (1360-1431), possivelmente porque, tal como J. Pessanha afirmava, *pelos cronistas não se pôde fazer a historia, nem deduzil’a pela analyse d’eles*¹¹⁷. Atitude judiciosa ao reproduzir um discurso histórico adequado aos desígnios da mais recente agenda política traduzida, por exemplo, no «Auto de Aljubarrota», em palco improvisado no

113 Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (01-05-1928 a 07-11-1930)*. Acta n.º 47, 14/12/1928. Inédito.

114 Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (29-05-1931 a 25-06-1935)*. Acta n.º 99, 31/03/1932. Inédito.

115 Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (01-05-1928 a 07-11-1930)*. Sessão de 23/06/1928. Inédito. É interessante verificar que, ainda em 1921, a DGBA decretava que «[...] a capela de S. Lourenço, existente em Tomar, junto do padrão de D. João I, já classificado monumento nacional, seja abrangida, devido ao seu valor histórico, por essa classificação, devendo para êsse efeito ser alterada a designação restritiva adoptada, pela de «Monumentos comemorativos da passagem das tropas portuguesas para a batalha de Aljubarrota», abrangendo assim os dois históricos padrões [...]» (Decreto n.º 7:621, *Diário do Governo*, n.º 154, de 29 de Julho de 1921, publicado na *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1921, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, p. 51), numa prova mais de como o entendimento patrimonial se estendida à medida que os estudos artísticos e/ou arqueológicos dos edifícios existentes eram estudados e divulgados.

116 Maria João Neto, “Os monumentos nacionais. Reconstrucção ou ficção?”, *Factos desconhecidos da História de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest, 2004, p. 254.

117 A.H./A.A.P., *Idem*, Sessão de 23/06/1928

«Arco da Rua Augusta»¹¹⁸, poucos anos depois de se afirmar que «Amar a sua pátria é amar também todos quantos a honraram e a estiveram honrando, pelo seu talento ou por suas felizes iniciativas para torná-la mais brilhante. E não raras vezes os falsos patriotas, pondo os seus interesses pessoais adiante da justiça e do brio nacional, procuram ofuscar, com artimanhas invejosas, espíritos superiores, esquecendo-se de que primeiro está o orgulho pela nação e depois a nossa individualidade.»¹¹⁹. Palavras proferidas em plena romagem institucional à Batalha (14 de Agosto) evocativa de Aljubarrota, com a presença de figuras gradas da política nacional¹²⁰.

Esperou-se, no entanto, três décadas para que o interesse por esta batalha resurgisse, dessa feita por mão de Manuel Afonso do Paço (1895-1968), cujos conhecimentos arqueológicos foram solicitados pela comissão de História Militar e pelos historiadores da batalha, B. da Costa Veiga e G. de Matos, a fim de extrair do campo de Aljubarrota «[...] o documento decisivo que terminasse com afirmações erróneas e contraditórias dos cronistas e documentos coevos.»¹²¹. Testemunhava-se, deste modo, a positividade conferida aos materiais arqueológicos, quando comparados às provas escritas, coevas, ou não. A tarefa não se afigurava, porém, fácil, porquanto os terrenos onde decorrera a contenda estavam cultivados, parcialmente cobertos de casario e rasgados por uma estrada.

Iniciadas pela «Mocidade Portuguesa»¹²², as diferentes fases das escavações permitiram identificar um grande fosso de quase 200m de extensão, situado a norte e leste da capela, enquanto, a sul, se detectaram vestígios osteológicos humanos, enviados ao «Instituto de Antropologia» da Universidade de Coimbra. Já numa etapa posterior, encontrou-se um complexo sistema defensivo constituído por cerca de 40 filas de *covas de lobo*, algumas ocupando 68m de superfície, a par de covas numa extensão total próxima dos 150mx100m. Aspectos, na sua generalidade, contemplados no *filme colorido* produzido pelos «Serviços Cartográficos do Exército». Passados três meses, a «Secção» dedicou uma sessão ao «Centro Contemporâneo de Cultura» que seleccionara como tema de apresentação as *Escavações no Campo da Batalha de Aljubarrota*¹²³. Confiadas ao tenente-coronel Manuel Afonso do Paço (1895-1968), foi o próprio a dis-

118 “Aniversário de Aljubarrota”, *Ilustração Portuguesa*, anno XIII, n.º 305, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1938, p. 18.

119 Mercedes Blasco, “Ser patriota...”, *Ilustração Portuguesa*, anno XI, n.º 242, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1936, p. 28.

120 “A grandiosa romagem à Batalha”, *Ilustração Portuguesa*, anno XI, n.º 257, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1936, p. 9.

121 A.H./A.A.P., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (08-03-1941 a 24-04-1970)*. Acta n.º 105, 29/01/1959. Inédito.

122 Simon Kuin, “Mocidade Portuguesa”, *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 499-501.

123 A.H./A.A.P., *Ibid.* Acta n.º 109, 23/04/1959. Inédito.

cursar sobre os trabalhos conduzidos no terreno desde Fevereiro de 1958, salientando a identificação do grande fosso situado a leste da capela e a descoberta de 1 000 *covas de lobo*, merecendo a curiosidade de peritos estrangeiros, da Universidade de Coimbra e da «Direcção Geral dos Serviços Agrícolas».

1.6 Património civil

De par com estes exemplares, genericamente pertencentes às categorias patrimoniais religiosa e militar, a AAP prosseguia no domínio civil, tão caro aos seus associados, enquanto desapareciam, em parte ou na totalidade, testemunhos evocativos de um passado ainda recente. Retomou-se, por isso, uma temática abordada em 1924: o Terreiro do Paço (*vide supra*). Se a questão então ponderada incidia no modo como as autoridades lisboetas pretendiam ultrapassar a destruição causada por um violento incêndio deflagrado numa das suas alas, o problema revelava-se agora mais abrangente ao pressupor a alteração do traçado de toda a praça. Não obstante, a «Secção de Estudos Olisiponenses» congratulou a reconstrução delineada pelo *Gremio Technico Português* para a ala incendiada, onde o fogo devorara tudo, incluindo alvenaria e cantaria¹²⁴, endereçando-se-lhe um louvor lavrado por J. A. A. Frazão de Vasconcellos, em nome da «Secção»¹²⁵.

Mas, ainda em meados de 1928, divulgava-se, nos periódicos de maior circulação lisboeta, a entrevista concedida pelo presidente da comissão administrativa da CML, o coronel Mardel Ferreira, afirmando que a polémica transformação se limitaria a meros «*arranjos e limpezas*»¹²⁶. O que, a ser verdade, não mereceria uma intervenção da AAP, «[...] pois que de facto a formosíssima praça necessita de muita limpeza.»¹²⁷, revelando como os espaços públicos eram alheios a transeuntes e autoridades locais. Havia, no entanto, que confirmar as declarações de M. Ferreira. Uma missão a recair, no entender de J. A. Ganhado, no comandante Quirino da Fonseca, por pertencer à «Secção de Estudos Olisiponenses» e ser vereador camarário. Além disso, apresentara à mesma «Secção» propostas de melhoramentos cívicos, aconselhando alinhar a placa central do Terreiro do Paço pelas ruas do Ouro e da Prata, de modo a alargar as vias laterais. Apesar de implementada, esta sugestão suscitou dúvidas junto de outros membros da «Secção», a exemplo de J. Paulo Pereira, para quem a modificação aventada «[...] não era tão ligeira como á primeira vista parecia, estando convencido de que, a fazer-se, *iria tirar muito do actual aspecto do Terreiro do Paço.*»¹²⁸.

124 Id., *Actas da Secção da Archeologia Lisbonense (25/01/1918-05/06/1925)*. Sessão de 13/02/1924. Inédito.

125 Id., *Idem*, Sessão de 13/12/1924. Inédito.

126 Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (31-07-1925/31-05-1928)*. Acta n.º 41, 31/05/1928.

127 *Ibid.*

128 *Ibid.* Sublinhado nosso.

Neste capítulo, multiplicavam-se os casos, apesar de a crítica mais cerrada se reportar a reutilizações civis de estruturas religiosas e/ou militares, mesmo quando imprescindíveis ao novo quotidiano, perante a impossibilidade financeira pública de comportar na totalidade os dispêndios de construção, por exemplo, de grandes unidades hospitalares, como a da Estefânia, instalada na cerca da antiga Quinta da Bemposta (Lisboa), de onde desaparecera um tanque lavrado, facto lamentável por se tratar de um «[...] monumento notavel, tanto pela sua arquitectura, como por ser um documento da epoca [...]»¹²⁹. Este episódio suscitou acesa celeuma na AAP por ter sido um consócio a autorizar a demolição. Uma ironia atendendo às suas orientações mestras. Mas Quirino da Fonseca decidira-a por estar *condenado* pela preferência da «Direcção dos Hospitais» em levantar um pavilhão sobre o edifício remanescente, restando-lhe visitar diariamente a obra «[...] a qual esta bem feita com todo o cuidado e pelo melhor pessoal que pode arranjar na Camara, para vêr se assim consegue evitar um mal maior.»¹³⁰. Poder-se-ia, é certo, transferir o tanque para outro local, evitando assim a sua destruição, a exemplo do monumento à rainha S.ta Isabel, retirado *com todo o cuidado*¹³¹. Mas já era tempo de evitar situações congêneres, tanto mais que os trechos arquitectónicos e testemunhos do património móvel podiam ser integrados nos novos edifícios repondo uma *memória* preexistente, decorrendo a proliferação de espaços museológicos, em grande medida, da perda de contextos originais. Enquanto isso, Xavier da Costa continuava sem compreender,

porque é que se retiram monumentos do local em que se encontram, como o da Rainha S.ta Izabel, pois em toda a parte são respeitados e cita como exemplo a porta de S. Diniz em Paris. Diz que *há muito terreno para construir Hospitales sem ser necessario demolir monumentos*. Terminou as suas considerações, lavrando o seu vehemente protesto *contra a demolição e transferencia de monumentos*¹³²

Palavras finais e abertura de um novo capítulo

Os problemas assomados em torno da preservação patrimonial seriam bastante mais complexos do que o aparentemente discernido no último caso aqui apresentado. É, pelo menos, o que se depreende da recusa de Quirino da Fonseca em aceitar o pelouro municipal da Engenharia, *para poder salvar o que podia dos Monumentos Nacionaes*¹³³.

129 Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (01-05-1928 a 07-11-1930)*. Acta n.º 46, 29/11/1928. Inédito.

130 *Ibid.*

131 *Ibid.*

132 *Ibid.* Sublinhados nossos.

133 *Ibid.*

Nada ilustraria melhor o cerne da problemática patrimonial em solo português do que estas palavras avisadas: as conveniências das Obras Públicas sobrepostas às demais. Surpreende, no entanto, se recordarmos que a Comissão dos Monumentos Nacionais (CMN) fora criada no seu âmbito. Mas, como deixámos transparecer noutras ocasiões¹³⁴, a actuação da CMN constituiu um ensaio falhado de fiscalização de engenheiros, sobretudo militares. Por outro lado, é possível que mais não fosse do que uma forma sagaz de o Estado contrariar o discurso oficial de salvaguarda dos «monumentos nacionais», atraindo-os para o seu seio. Mas o que a frase de Quirino da Fonseca também exprime é a origem de um mal maior da actividade desenvolvida desde então na área patrimonial: a (quase) total desarticulação entre interesses das Obras Públicas e os representados pela Educação e pela Cultura. É possível que tenha sido este o método encontrado para inviabilizar propostas destas duas tutelas, como se de um estratagema se tratasse, de modo a negar actividades (supostamente) enquadradas pelos programas governamentais, comutando-as por interesses economicistas, quando não demagógicos. Ou talvez mais não fosse do que a (re)afirmação de um modo de actuar português caracterizado por uma (por vezes demasiado) acentuada flexibilidade de procedimentos, ultrapassando preceitos legais.

Na segunda parte deste nosso trabalho, continuaremos a acompanhar as actividades desenvolvidas pela «Secção de Arqueologia Histórica», em prol da salvaguarda patrimonial, desta feita já em plena vigência da Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Lisboa, Fevereiro de 2010

Fontes e bibliografia

Fontes

A.1. Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses (A.H./A.A.P.)

- . *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (01-05-1928 a 07-11-1930)*.
- . *Actas da Secção da Archeologia Lisbonense (25/01/1918-05/06/1925)*.
- . *Actas da Secção da Archeologia Lisbonense (27/12/1912-15/05/1914)*.
- . *Actas da Secção da Archeologia Lisbonense (19/06/1914-28/12/1917)*.
- . *Actas da Secção de Arqueologia (26/2/1901-15/1/1909)*.

¹³⁴ Cf. Ana Cristina Martins, “A salvaguarda do património histórico-cultural entre o Liberalismo e o Republicanismo: a emergência das reformas”. 2ª parte. Património. Estudos. 6. Lisboa: IPPAR, 2004, p. 109-125.

- . *Actas da Secção de História (23/06/1925-8/12/1933).*
- . *Correspondência Recebida.*
- . *Correspondência Expedida.*
- . *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (31-07-1925/31-05-1928).*
- . *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (22-02-1921/16-02-1924).*
- . *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (08-03-1941 a 24-04-1970).*
- . *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (22-02-1921/16-02-1924).*
- . *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (31-07-1925/31-05-1928).*
- . *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (01-05-1928 a 07-11-1930).*
- . *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (29-05-1931 a 25-06-1935).*

A.2. Arquivo Histórico da Academia Nacional de Belas-artistas de Lisboa (A.H./A.N.B.A.L.)

- . *Comissão dos Monumentos Nacionais. Igrejas. 2.º volume (G-L).*

A.3. Decretos de lei

- . Decreto n.º 7:621, *Diário do Governo*, n.º 154, de 29 de Julho de 1921, publicado na *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1921, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, p. 51.
- . Decreto, n.º 14.985, *Diário do Governo*, n.º 28, de 27 de Janeiro de 1928, publicado na *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1928, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 192.
- . Decreto, n.º 17:954, *Diário do Governo*, n.º 34, de 16 de Junho de 1930, publicado na *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1930, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935, p. 219.

Bibliografia

- “A grandiosa romagem à Batalha”, *Ilustração Portuguesa*, anno XI, n.º 257, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1936, p. 9.

- “A igreja de Santa Maria de Canas (Tondela)”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 14, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1926, p. 36.
- “A igreja de São Julião vai ser demolida”, *Notícias Ilustrado*, anno IV, série II, n.º 325, Lisboa, Tipografia do «Diário de Notícias», 1934, p. 21.
- “A poesia dos claustros”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 1215, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1921, pp. 214-215.
- “Acta n.º 72. Sessão de Assembleia Geral de 6 de Maio de 1912”, *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, 5.ª série, t. XII, n.º 12, 1912, pp. 530-531.
- “Aniversário de Aljubarrota”, *Ilustração Portuguesa*, anno XIII, n.º 305, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1938, p. 18.
- “Commissão Archeologica do Porto”, *Portugalia*, t. I, fasc. 1-4, Figueira da Foz, Sociedade Arqueológica, 1901, p. 159.
- “Um castello romântico. Almourol”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 176, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1909, p. 25.
- “Vida intelectual da Associação. b) - Suas manifestações externas”, *Arqueologia e História*, vol. V, Lisboa, AAP, 1926, p. 185.
- BEÇA, H., “O castelo de Vila do Conde”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 734, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1920, pp. 12-14.
- BLASCO, M., “Ser patriota...”, *Ilustração Portuguesa*, anno XI, n.º 242, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1936, p. 28.
- CHRISTINO, R., “Velhas portas de antigos castelos”, *Terra Portuguesa*, anno II, n.ºs 15-16, Lisboa, Typographia do Anuario Commercial, 1917, p. 63.
- COITO, L. C.; CARDOSO, J. L.; MARTINS, A. C. - *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Editorial Verbo, 2008.
- CORREIA, A. A. M., *Gérmem e Cultura*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1944, p. 67.
- FURTADO, T. P., *O Castelo de Almourol: monumento e imaginário*, Texto policopiado. Tese de Mestrado em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996.
- KUIN, S., “Mocidade Portuguesa”, *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 499-501.
- LEAL, E. C., “Tópicos sobre os nacionalismos críticos do demoliberalismo republicano: moral, religião e política”, p. 146.
- MARTINS, A. C., “As ruínas de Tróia (Portugal) e o despertar da Arqueologia clássica no Portugal de oitocentos. In CABRERA VALDÉS, V.; AYARZAGÜENA, M., eds. lts. - El nacimiento de la prehistoria y de la arqueología científica. Madrid: Sociedad Española de Historia de la Arqueología, (Archaia; 3-5), 2005 p. 65-85.

- MARTINS, A. C., “Património Histórico-cultural: a emergência das (re)formas (do Liberalismo ao Republicanismo). 2ª parte. Património. Estudos. 6. Lisboa: IPPAR, 2004, p. 109-125.
- MARTINS, A. C., *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um percurso na arqueologia de oitocentos*. Lisboa, AAP, 2003.
- NETO, M. J., “Os monumentos nacionais. Reconstrucção ou ficção?”, *Factos desconhecidos da História de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest, 2004, p. 254.
- NÓVOA, A., “Professores”, *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 181-184.
- PASSOS, C. de, “Os monumentos no século passado e na actualidade”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 6, Lisboa, Tipographia da Ilustração Portuguesa, 1928.p. 29.
- VASCONCELLOS; J. L. de, “Castros”, *O Archeologo Português*, vol. I, n.º 1, Lisboa, MEP, 1896, p. 7.